

Preparação para a COP 30:
*Um chamado à conversão ecológica,
transformação e resistência às falsas soluções climáticas*

Documento Base e subsídio para a Incidência Política da Igreja na COP 30

A realização da COP 30 no Brasil, em novembro de 2025, acontecerá em um momento extremamente grave para nosso planeta e todos os seres vivos: os indicadores ambientais demonstram que estamos nos aproximando rapidamente do colapso climático. Em 2024, sofreremos um aquecimento médio global superficial, terrestre e marítimo combinados, de 1,55° C acima do chamado período pré-industrial (1850-1900). Trata-se de um aquecimento sem precedentes na história das civilizações humanas e, provavelmente, nos últimos 125 mil anos. Em 2022, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) admitiu: “A extensão e magnitude dos impactos das mudanças climáticas são maiores do que as estimadas nas avaliações anteriores”. A aceleração do aquecimento é inequívoca. Demorou quase um século (1920-2015) para o aquecimento atingir 1° C acima do período 1850-1900. Mas em apenas 10 anos (2015-2024) atingimos 1,55° C, com um salto de 0,4° C nos últimos dois anos.

Apesar da urgência de mudanças profundas, as últimas COPs têm demonstrado como as negociações governamentais estão infinitamente aquém das soluções necessárias para enfrentarmos as causas do aquecimento. As decisões tomadas carecem de mecanismos que garantam sua execução e as NDCs (Metas Nacionalmente Determinadas, sigla em inglês) dos países, inclusive do Brasil, estão muito aquém do que seriam as medidas necessárias para alterar o perigoso percurso que temos seguido até aqui.

Este quadro se torna ainda mais grave com os super-ricos, as “elites do poder”, que adotam uma aberta postura de *negacionismo* climático, assumindo o governo de países indispensáveis para um acordo global de enfrentamento às causas do aquecimento global. Como indicou o Papa Francisco na Exortação *Laudate Deum*, “não estamos reagindo de modo satisfatório, pois este mundo que nos acolhe está se destruindo, e talvez chegando a um ponto de não retorno” (LD, 2).

É neste contexto de urgência que a realização da COP no Brasil representa um chamado histórico para que a Igreja afirme uma posição profética, fortalecendo seu compromisso com a justiça socioambiental e denunciando falsas soluções climáticas, como tem sido solicitado enfaticamente pelo Papa Francisco.

Este texto tem como objetivo definir princípios e orientações que contribuam para a atuação pastoral e política da Igreja rumo à COP 30, evidenciando as principais causas e responsabilidades do colapso ambiental e climático, afirmando a urgência de uma transformação estrutural no modo de vida que causa o aquecimento global, rejeitando as falsas soluções, promovendo a *sobriedade feliz* e a conversão ecológica, como bases para sociedades que respeitem e cuidem do “planeta que nos acolhe” (LD,2).

Conforme o chamado do Papa Francisco, desde a *Laudato Si'*, é fundamental denunciar as tentativas de financeirizar a natureza, as soluções baseadas no “paradigma tecnocrático” que aprofundam os problemas vigentes e reafirmar que está em jogo muito mais do que uma simples transição energética.

A crise ecológica exige que pensemos no bem comum, promovendo diálogos baseados em paciência e generosidade, como aponta a *Laudato Si'* (n. 143). A ecologia integral convoca à conversão e ao respeito pela natureza, reconhecendo que "tudo está interligado". O cuidado com a Casa Comum é o compromisso e o desafio a partir do qual devemos participar da COP 30.

1. Quem destrói a Terra e quem oferece falsas soluções

O Brasil, oitavo maior produtor de petróleo no mundo, tem a responsabilidade de apoiar a decisão oficial das COPs de eliminar a produção e consumo desses combustíveis. No contexto do colapso climático que vivemos, é gravemente contraditório utilizar os lucros da extração de petróleo para financiar o que se apresenta como uma transição energética, sem que haja um compromisso efetivo com sua superação. É urgente, neste sentido, alterar as concepções que vinculam a ideia de “progresso” e “desenvolvimento” com o uso intensivo de combustíveis fósseis. Sabemos que abandonar o uso de petróleo implica sacrifícios, mas a poluição e os impactos no planeta por ele causados são incomensuravelmente maiores.

A partir dos anos 2000, a narrativa do desenvolvimento sustentável começou a ser substituída pela ideia de “economia verde”, impulsionado por alguns governos e agências multilaterais. A economia verde, ou o *esverdeamento* do sistema, como muitos autores se referem, é uma lógica técnico-instrumental ao serviço da reestruturação ecológica do capitalismo. O que resulta no campo da política em uma tentativa de solucionar o dilema entre crescimento econômico e cuidado ambiental, ao propor a proteção da natureza e a política ambiental como fontes de crescimento econômico. Implica criar um aparato legal que ajude a dar preço, isto é, precificar, toda a natureza, transformada, em seguida, em ativo que pode ser negociado com as regras do mercado. Contudo, essa abordagem revela limitações ao reforçar a dependência de paradigmas econômicos centrais, concentrar poder em corporações e complexos regulatórios e negligenciar desigualdades estruturais entre economias desenvolvidas e regiões desfavorecidas. Assim, a economia verde surge não como ruptura, mas como uma modernização incrementalista do capitalismo, ampliando sua capacidade de autorregulação, enquanto perpetua contradições sistêmicas.

A partir desta compreensão histórica, ambiental e contextualizada nas realidades dos países do Sul Global, é que nos posicionamos contra o chamado “capitalismo verde”. Reconhecemos aqui, como indica o Papa Francisco, uma alteração de narrativa, a favor dos interesses dominantes, que não interfere nas causas do colapso ambiental vigente. Como alerta o Papa, “devemos superar a lógica de nos apresentarmos sensíveis ao problema e, ao mesmo tempo, não termos a coragem de efetuar mudanças substanciais. Considero essencial insistir no fato de que ‘buscar apenas um remédio técnico para cada problema ambiental que aparece, é isolar coisas que, na realidade, estão interligadas e esconder os problemas verdadeiros e mais profundos do sistema mundial.’” (LD, 56- 57)

A partir destas preocupações, no contexto da COP devemos questionar as propostas que se assemelham a falsas soluções, entre as quais:

- **Financeirização da natureza:** a transformação de bens naturais em mercadorias transacionáveis, como a financeirização da floresta ou os mercados de carbono, que permitem que grandes poluidores continuem emitindo gases enquanto compram “créditos verdes”.

- **Mineração predatória em nome da transição energética:** a corrida por minerais como lítio, cobalto e níquel, necessários para tecnologias chamadas de "limpas" como baterias e carros elétricos, devasta territórios e sacrifica comunidades, especialmente no Sul Global. Como afirmou o Papa Francisco, “os recursos naturais necessários para a tecnologia, como o lítio, o silício e tantos outros não são certamente ilimitados, mas o problema maior é a ideologia que está na base duma obsessão: aumentar para além de toda a imaginação o poder do homem, para o qual a realidade não humana é um mero recurso ao seu serviço” (LD, 22).
- **Monocultura energética:** megaprojetos de energia solar e eólica, frequentemente impostos sem consulta às populações locais, concentram o poder econômico e destroem ecossistemas.

Essas abordagens perpetuam o sistema de exploração, ignorando a necessidade de uma mudança estrutural. A resposta à crise climática não está em transitar para outro formato de capitalismo, mantendo vigente o “paradigma tecnocrático”, tal como descrito pelo Papa Francisco na *Laudate Deum*. Precisamos transformar o modelo econômico e cultural, substituindo a lógica do lucro ilimitado pela solidariedade, justiça e cuidado com a criação.

2. O essencial que defendemos rumo à COP 30

Em caminho rumo à COP30, como pessoas e organizações inspiradas pela fé, defendemos os seguintes princípios e valores, que consideramos essenciais e que não podem ser sacrificados em nome de compromissos climáticos que perpetuem injustiças:

- **Proteção dos territórios e soberania dos povos originários, tradicionais e camponeses:** territórios indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais e periféricas são sagrados e não podem ser explorados e expropriados em nome de uma suposta mitigação climática. A agricultura familiar garante a produção da maior parte dos alimentos no país; esse trabalho, de milhões de famílias, precisa ser protegido e fomentado, implementando um efetivo processo de Reforma Agrária. No mesmo sentido, o Papa Francisco reconhece na *Laudato Si'* que os povos indígenas “quando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida” (LS, 146). Assim, é importante fortalecer parcerias com movimentos socioambientais, academia e governos, com foco no protagonismo desses povos. Promover territórios livres de projetos predatórios, que violam seus direitos e destroem seus modos de vida, e continuar o processo de demarcação, titulação e desintrusão de terras indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais.
Financiamentos e mecanismos de adaptação aos impactos climáticos devem priorizar os direitos dos povos originários, tradicionais e camponeses, bem como as propostas e o protagonismo das comunidades organizadas nas periferias urbanas, resultando em Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) ousados e consistentes.
- **Promoção da igualdade, com responsabilidades diferenciadas:** os países e populações historicamente responsáveis pelas emissões devem assumir os maiores esforços de mitigação e financiar adaptações necessárias nos países do Sul Global. Para tanto, é essencial responsabilizar países e corporações que historicamente são responsáveis por um modelo que concentra renda e aumenta a pobreza. O compromisso de financiamento assumido na COP29 ficou insatisfatório; é indispensável fortalecer o “Mapa do caminho e Baku a Belém” para que os governos assumam efetivamente o financiamento de US\$ 1,3

trilhão por ano até 2035. O Fundo de Perdas e Danos deve ser também urgentemente operacionalizado, garantindo acesso prioritário às comunidades atingidas.

- **Rejeição à financeirização da Natureza:** os ecossistemas não são "serviços ambientais" à venda, mas um complexo de múltiplas interações entre seres vivos e seres não vivos, humanos e não humanos, parte da Criação de Deus, que deve ser cuidada e respeitada.
- **Transformação do sistema econômico:** não basta falarmos em uma transição energética. A ideia de uma "transição energética justa" tem sido promovida como solução para os graves problemas ambientais causados por ação antrópica, mas na prática se baseia na perpetuação do sistema atual. Este modelo favorece grandes corporações e países do Norte Global, enquanto impõe custos e impactos às comunidades e países do Sul Global. Projetos energéticos atualmente em vigor deslocam populações vulneráveis e destroem ecossistemas, ampliando as desigualdades sociais. É necessária uma ruptura com um modelo econômico que propõe crescimento infinito em um planeta finito e que, para tanto, explora pessoas e recursos ilimitadamente.
- **Combate radical ao desmatamento:** devemos fortalecer as redes de enfrentamento ao desmatamento e queimadas em todos os biomas, bem como fortalecer o objetivo do "desmatamento zero" até 2030 com a articulação e participação de toda a sociedade.
- **Segurança e proteção para as cidades,** cada vez mais vulneráveis a fenômenos climáticos extremos. Além de políticas de prevenção de desastres, é essencial implementar programas sociais que promovam moradia digna e segura, saneamento básico, infraestrutura verde e solo permeável, além de projetos urbanísticos focados em transporte coletivo e redução de emissões.
- **Centralidade da dignidade humana e dos direitos da Terra:** políticas climáticas devem colocar a vida, a dignidade humana e os direitos da natureza no centro de todas as decisões. Os direitos humanos, conquistados pela luta social, definem compromissos básicos para os Estados e a comunidade internacional e estabelecem um conceito estendido de dignidade, incluindo os não humanos.

3. Caminhos para a Conversão Ecológica e a *Sobriedade Feliz*

O Papa Francisco, na Encíclica *Laudato Si'*, chama à conversão ecológica e a um novo estilo de vida baseado na *sobriedade feliz*. Essa mudança não se limita a estruturas políticas e econômicas. Também envolve uma transformação pessoal e comunitária, cultural e espiritual. Como afirma, "a sobriedade, vivida livre e conscientemente, é libertadora. Não se trata de menos vida, nem de vida de baixa intensidade; é precisamente o contrário. A felicidade exige saber limitar algumas necessidades que nos entorpecem, permanecendo assim disponíveis para as múltiplas possibilidades que a vida oferece" (LS, 223).

A proposta do Papa Francisco encontra profunda consonância com o que os povos indígenas chamam de Bem Viver, que indica sua "comunhão com os peregrinos e com a natureza como um todo, ou seja, um caminho de integração com a abundância da vida, com a história e com o futuro" (IL, 18). Trata-se de uma vida produtiva e solidária, em paz e harmonia com os irmãos e irmãs e com os ecossistemas. O Bem Viver propõe uma nova forma de sociedade humana, que reconhece

e respeita sua interdependência com a teia da vida, promovendo solidariedade, respeito mútuo e novas alternativas de vida, livres da lógica de acumulação e preconceitos.

Assim, em consonância com o Papa Francisco, propomos:

- **Sobriedade como resistência ao consumismo:** reduzir o consumo supérfluo e garantir o necessário para a vida digna de todos, com limite ao acúmulo de riquezas e aos investimentos militares, são passos concretos para desafiar o sistema de destruição de nosso planeta.
- **Educação para a conversão ecológica:** iniciativas pastorais e educativas devem promover práticas sustentáveis e solidárias nas comunidades, bem como suscitar experiências espirituais de contemplação e amor a toda a Criação, favorecendo relações de *fraternidade universal* com todas as criaturas.
- **Fortalecimento das comunidades locais:** incentivar projetos de soberania alimentar, energética e cultural como alternativas ao modelo capitalista.

A *sobriedade feliz* é mais do que um estilo de vida: é uma resposta necessária, ética e espiritual à crise climática, que aponta para um futuro em que o bem comum prevaleça.

4. Conclusão: Um Chamado à Resistência e à Esperança

A preparação para a COP 30 exige de nós uma postura profética, que denuncie falsas soluções climáticas e anuncie a esperança de uma nova sociedade, baseada na justiça, na fraternidade universal com todas as criaturas e no cuidado com a Casa Comum, que é nosso planeta. É momento para criar e fortalecer políticas que estimulem a agroecologia e garantam a soberania e a segurança alimentar dos povos indígenas, comunidades tradicionais, população do campo e das periferias das cidades.

Que a COP 30 seja um marco de resistência e transformação, guiada pela força das comunidades e pela visão de uma Igreja em saída, comprometida com a justiça socioambiental e a dignidade de todos os seres.